

18 AGO 1988

ESTADO DE SÃO PAULO

O setor de saúde

NERTAN MACEDO



Desiludido com a política PMDB na área da saúde, o governo já inventa um antídoto contra o recém-criado Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (Suds): o reativamento das superintendências regionais do

Inamps. A notícia correu durante a homenagem feita ao professor paranaense Antônio Celso Nunes Nassif, presidente da Associação Médica Brasileira, por seu trabalho de assessoramento à Constituinte, na qual defendeu uma lei Sarney para seu setor.

No caso, uma das maneiras seria a de exigir que a área médica e sua representação ministerial ou universitária estabelecesse meios e modos para aproveitar equipamentos disponíveis no Japão e na Alemanha, necessários à viabilização da medicina brasileira. Esses equipamentos são renovados de dois em dois anos nesses países, mas, em vez de virar sucata, voltam às fábricas onde são reciclados para distribuição aos países do Terceiro Mundo. Como não dispomos de regulamentos para recebê-los, sempre somos excluídos das benesses. A idéia é criar esses regulamentos e fazer com que a Receita Federal não atrapalhe negociações nesse sentido.

Mas há muito mais para ser feito na área, especialmente no âmbito político. Os médicos liberais queixam-se, por exemplo, de que a última moda na área médica esquerdista é "argolar" as Santas Casas de Misericórdia espalhadas por todo o País, através de convênios, e querem dar um basta na situação. Por esses meios estatizam-se 70% dos leitos hospitalares nacionais e se acaba com a iniciativa privada no setor. Atualmente, as tradicionais instituições detêm o maior número de leitos não estatais do País e teme-se que os convênios, e sua consequente massificação, rebaixem ainda mais o nível de médicos, professores e residentes. Sem contar o próprio piso salarial da classe.

Ao tempo de sua nefasta administração, no Inamps, Hélio Cordeiro, no afã de cubanizar a medicina ao seu alcance, não permitiu a desvinculação dos honorários médicos das contas hospitalares. Por causa disso, os valores atribuídos a cada procedimento e a cada profissional eram e ficaram ainda mais mesquinhos. O Suds, entre outras coisas, criou a figura do superprefeito e do supersecretário de Saúde, mas do submédico. Para os primeiros casos, não se prestam mais contas do que é gasto do orçamento dos convênios. O privilégio, contudo, não é para todo mundo e só ganha "colher de chá" o prefeito ou secretário do PMDB.

Por causa dessas práticas ilícitas, moral e administrativamente, há prefeitos gastando a rodo e em lugares indevidos um dinheiro que deveria apenas ser aplicado na área da saúde, da Previdência e dos trabalhadores. Para dar continuidade ao expediente, os prefeitos aproveitadores dessas verbas que caíram do céu classificam tudo o que fazem de "obras sanitárias". Espera-se que, em cima das eleições para a prefeitura, alguém eleja alguns desses faltosos como bodes expiatórios para tirar proveito político, sem dúvida, mas também para exemplificar. A verdade é que coisas assim, porém, estão acontecendo hoje na maioria dos municípios do Estado do Rio de Janeiro onde há um executivo do PMDB.

Outra providência urgente para a área de saúde, segundo consenso entre os médicos liberais, é impedir que o Ministério da Educação defira o pedido para estabelecimento de mais 22 faculdades de medicina no País. Duas delas já estão com o nihil obstat praticamente garantido, para funcionamento em São Paulo e Paraná (Presidente Prudente e Maringá), mas ainda há tempo de impedir o descalabro. O Brasil forma atualmente mais de oito mil médicos por ano e só há empregos para a maioria que não quer sair do litoral em números que não ultrapassem 2.500 vagas. Com salários defasados, horários incompatíveis com a reciclagem mínima que a função exige e falta de condições apropriadas de trabalho. Apesar disso, há pressões quase insuportáveis para que outros estabelecimentos sejam fundados.

Na Unirio, de acordo com o reitor Osmar Teixeira da Costa, o vestibular deste ano arregimentou 2.800 candidatos para apenas 56 vagas disponíveis. Apesar disso, não há no reduto do Ministério da Saúde qualquer plano de interiorização da medicina, mesmo que a maior parte dos municípios brasileiros não disponha desse tipo de profissional. Ironia das ironias, Pelotas, no Rio Grande do Sul, é a exceção que confirma toda regra geral: tem duas faculdades de medicina em menos de 50 quilômetros de distância. Ambas foram aprovadas na gestão do ex-senador Tarso Dutra à frente do Ministério da Educação quando, para atender a reivindicações políticas, autorizou um estabelecimento para o padre e outro para o prefeito locais. Só no Estado do Rio, há 15 faculdades. Todas, sem exceção, funcionando precariamente. A de Vassouras, para se ter uma idéia, nem sequer tem o sexto ano e os residentes "que se virem lá fora", conforme dizem os diretores aos estudantes. Na hora em que muitos Conselhos Regionais de Medicina saem das mãos da esquerda pelo processo das eleições diretas, os médicos liberais do País querem mudar toda a estrutura do setor e esperam que a área da saúde federal seja o primeiro campo da liberalização.

Nertan Macedo é jornalista e escritor.